

NOTA INTRODUTÓRIA

*Alice Cunha, Maria Fernanda Rollo,
Maria Manuela Tavares Ribeiro
e Isabel Maria Freitas Valente*

Ao longo da História que se foram formando redes de cientistas e de intercâmbio de conhecimento, tendo a mobilidade científica sido promovida quer a nível da academia quer das instâncias políticas. Neste âmbito, a cooperação europeia no domínio do ensino superior é, de facto, anterior à criação da União Europeia (UE), mas foi, em grande medida, impulsionada por esta.

Nos anos 40 do século xx começa a desenhar-se a “Europa da mobilidade” através, nomeadamente, da criação de centros de reflexão, que envolviam não apenas académicos, mas também intelectuais e políticos, que iriam contribuir para a conceção de uma “Europa da Educação”, cujas reflexões seriam, mais tarde, vertidas de algum modo na criação do Programa ERASMUS, aquele que é o programa de mobilidade mais emblemático da UE na área da mobilidade académica.

Liberdade de circulação de pessoas, a Declaração de Bolonha e o Espaço Europeu do Ensino Superior, a Estratégia de Lisboa para uma Europa da inovação e do conhecimento, os programas e subprogramas ERASMUS, COMENIUS, LEONARDO DA VINCI, SOCRATES, GRUNDTVIG, o Horizonte2020 e o Espaço Europeu da Investigação são instrumentos primordiais da política da UE neste domínio.

Por ocasião dos 30 anos da criação e da implementação do ERASMUS, e dos 60 anos da assinatura do Tratado de Roma, e no contexto da parceria entre o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20 da Universidade de Coimbra, realizou-se a conferência internacional “A Europa do Conhecimento” (Lisboa, 5 e 6 de abril de 2018), com o objetivo primordial de constituir um espaço de debate e de reflexão acerca da criação, desenvolvimento e perspectivas passadas, atuais e futuras da Europa do Conhecimento.

Desse trabalho prévio resulta este volume coletivo que reúne contribuições originais que se debruçam sobre a educação e a cidadania; os manuais da História; o programa ERASMUS, académico e militar; o sistema europeu de transferência de créditos; a memória e o património.

Um primeiro conjunto de capítulos reflete sobre o Espaço Europeu de Ensino Superior e a mobilidade. O texto de Vítor Magriço concentra-se no caso particular das qualificações superiores, com o objetivo de discutir o percurso e o estado atual dos processos de reconhecimento automático de graus e diplomas nos Estados pertencentes ao Espaço Europeu de Ensino Superior, com especial enfoque no caso português.

Dois outros textos focam-se na questão da mobilidade. Eleonora Erittu analisa como a implementação do Processo de Bolonha poderá constituir uma alavanca para a adoção de políticas nacionais convergentes entre os países europeus, recorrendo ao estudo de caso entre a Alemanha e a Itália. Por sua vez, Reinaldo Saraiva Hermenegildo explica a evolução da liberdade de circulação do conhecimento e mobilidade nos domínios da segurança e defesa, com um enfoque especial no desenvolvimento do Erasmus militar e na sua implementação, partindo do estudo de caso português.

Um segundo conjunto abrange os benefícios passados, bem como os constrangimentos atuais, da Europa. Ana Carina Azevedo aborda

as influências que a Administração Pública portuguesa recebeu durante o Estado Novo derivadas da circulação internacional das ideias, no mundo e na Europa, e da investigação e caminhos trilhados pelos organismos internacionais, nos quais pontifica o Instituto Internacional de Ciências Administrativas. Já Carlos Alves redige um ensaio sobre o conjunto de crises que a União Europeia enfrenta na atualidade, com referência ao papel de determinados atores e a possíveis caminhos de resolução.

Finalmente, o último conjunto lida com questões da educação e da memória. Primeiro, Isabel Baltazar reflete sobre a Dimensão Europeia da Educação, através da Educação para a Cidadania, com base na Escola, apresentando fatores que parecem colidir – os positivos (projetos, programas, intercâmbios europeus, aprendizagem de línguas) e os constrangimentos (a ênfase na aprendizagem formal, por conteúdos, com os rankings no final do Ensino Secundário).

Depois, Clara Isabel Serrano e Sérgio Neto efetuam um levantamento e analisam as referências relativas ao processo de construção política da União Europeia, em manuais de História portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e italianos, dos ensinos básico e secundário. Inês Quintanilha, por fim, sintetiza o contexto de criação e caracteriza a Casa da História Europeia, ao mapear a instalação e conteúdo deste novo museu da União Europeia, ao mesmo tempo que procura questionar o modo como um museu pode transmitir o que significa ser-se europeu.